

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23041.012760/2014-92
PROCESSO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL Nº 23041.015831/2015-90
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2015
UASG Nº 158147

PUBLICADO DOU

nº 224, de 16 / 03 / 2015
Pág. 55, Seção 03

TERMO ADITIVO Nº 05 DO CONTRATO Nº
04/2015/CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS, QUE
FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO FEDERAL DE
ALAGOAS – CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS E
A EMPRESA TIGRE – VIGILÂNCIA
PATRIMONIAL DE ALAGOAS LTDA

O INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, inscrito no CNPJ sob o nº 10.825.373/0005-89, com sede na Avenida Alagoas, Nº s/n, Palmeira de fora, na cidade de Palmeira dos Índios - Alagoas, CEP 57608-180, neste ato representado por sua Diretor Geral Sr. Roberto Fernandes da Conceição nomeada pela Portaria nº 1092/GR, de 22 de abril de 2015, publicada no DOU de 24 de abril de 2015, portador(a) da carteira de identidade nº 06.487.407-90 - expedida pela SSP/BA, e inscrito no CPF nº 964.794.775-53, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa TIGRE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DE ALAGOAS LTDA, sediada na Av. Governador Afrânio Lages, 19 – Farol, Maceió/AL, CEP: 57.017-225, inscrito(a) no CNPJ/MF nº 01.771.692/0001-34, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Vera Lúcia Siqueira Vilela, portadora da Carteira de Identidade nº 380.006 – SSP/AL e CPF nº 348.322.624-91, e pelo Senhor Gustavo César Leal Farias, portador da Carteira de Identidade nº 99001241760 – SSP/AL e do CPF nº 047.200.934-69, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, com fundamento no artigo 65, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, legislação correlata e demais preceitos do Direito Público, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 . O presente Termo Aditivo tem por objeto registrar as seguintes alterações ao Contrato nº 04/2015-Campus Palmeira dos Índios:

1.1.1 . Prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses;

1.1.2 . Adoção das regras instituídas pela Instrução Normativa do MPDG nº 5, de 25 de maio de 2017;

1.1.3 . Resguardo do direito da Contratada à repactuação de preços do ano-base 2020.

1.1.4. A alteração do Contrato nº 04/2015/campus Palmeira dos Índios, alterando os representantes legais da empresa, em conformidade com a 15ª alteração contratual da Contratada.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo de Contrato tem vigência de 12 (doze) meses, compreendidos entre o período de 01

EM BRANCO

de dezembro de 2019 a 01 de dezembro de 2020.

Subcláusula Segunda – Esta prorrogação tem efeito a partir da data de assinatura do presente Termo Aditivo

3. CLÁUSULA TERCEIRA – SUJEIÇÃO ÀS REGRAS DA IN MPDG N° 05/2017

3.1 O contrato passa a ser executado sob a regência também da Instrução Normativa do MPDG n° 05, de 25 de maio de 2017, com efeitos retroativos a 25 de setembro de 2017, início de vigência da referida norma, no que concerne à gestão e fiscalização contratual, renovação/prorrogação da vigência contratual e da aplicação de sanções, conforme disposto no PARECER n. 00006/2017/CPLC/PGF/AGU, de 29/08/2017.

4. CLÁUSULA QUARTA – DIREITO DA CONTRATADA À REPACTUAÇÃO DO ANO-BASE 2020

4.1 Fica resguardado o direito da CONTRATADA à repactuação de preços do ano-base 2020, previsto na Cláusula Sétima do Contrato n° 04/2015 – *campus* Palmeira dos Índios, a qual, sendo deferida, ocorrerá por Apostilamento.

4.2. Uma vez concluída a repactuação, a Contratante fará pesquisa de preços no mercado para comprovar a vantajosidade dos valores repactuados, os quais serão negociados e reduzidos de forma a se manter vantajosos, caso estejam acima dos preços de mercado encontrados.

4.3. A negativa da Contratada na diminuição dos valores para torná-los vantajosos, ensejará a rescisão unilateral do Contrato, com base no art. 78, I, da Lei n° 8.666/93, consoante orientação da Procuradoria Federal do Ifal, Nota n. 00034/2019/PROC/PFIFALAGOAS/PGF/AGU.

5. CLÁUSULA QUINTA – ALTERAÇÃO DO OBJETO

5.1 . O objeto do contrato com as suas especificações e modo de execução estão previstas na cláusula primeira e segunda do Termo de Contrato n° 04/2015/*campus* Palmeira dos Índios, o qual permanece inalterado com a variação aqui pretendida.

5.2 . Segundo Instrumento Particular da alteração de n° 15 e consolidação do Contrato Social da Sociedade Limitada “TIGRE – VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DE ALAGOAS LTDA.” encaminhada pela Contratada e anexada aos autos às fls. 792/796, modifica-se os representantes legais da empresa para os mencionados no preâmbulo deste Termo Aditivo, aos quais competem, sempre em conjunto de dois, assinarem os documentos representando a Contratada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

6.1 O valor deste Termo Aditivo n° 05 para cobrir as despesas relativas à prorrogação do Contrato n° 04/2015/*campus* Palmeira dos Índios, pelo período de 12 (doze) meses, é de **R\$ 221.573,76 (duzentos e vinte e um mil, quinhentos e setenta e três reais, setenta e seis centavos)**, correspondente ao valor mensal de **R\$ 18.464,48 (dezoito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais, quarenta e oito centavos)**, conforme discriminação da planilha abaixo:

EM BRANCO

18 803

Posto Diurno / Noturno	Nº de postos	Valor do Posto	Valor Mensal	Valor Anual
Noturno	2	R\$ 9.232,24	R\$ 18.464,48	R\$ 221.573,76
TOTAL				R\$ 221.573,76

6.2. Os valores acima estão dentro do limite imposto pela Portaria nº 213, de 25 de Setembro de 2017, que dispõe sobre os limites para contratação de serviços de vigilância, limpeza e conservação pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG.

6.2.1. Em eventual nova prorrogação contratual, os valores que estiverem acima dos limites estabelecidos deverão ser renegociados para se adequarem aos novos limites, vedando-se a prorrogação de contrato cuja negociação resultar insatisfatória, devendo a Contratante proceder a novo certame licitatório.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1 O presente termo aditivo encontra amparo legal no art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

8. CLÁUSULA OITAVA – RECURSOS

8.1 Os recursos orçamentários para execução deste aditivo contratual correrão à conta do Plano de Trabalho 108890, Fonte de recurso 0112000000, Elemento de despesa 339037, no exercício financeiro de 2019.

8.2 A despesa para o exercício subsequente será alocada na dotação orçamentária prevista para o atendimento dessa finalidade, a ser consignada à Contratante, na Lei Orçamentária Anual.

9. CLÁUSULA NONA – RATIFICAÇÃO

9.1 Permanecem em vigor as demais cláusulas do Contrato que o originou, passando a integrar o presente termo aditivo, independentemente de transcrição.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – PUBLICAÇÃO

10.1 A Contratante publicará extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias daquela data, na forma prevista no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

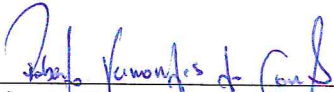
11.1 . Fica expressamente acordado que ao presente termo Aditivo aplicar-se-ão as soluções preconizadas pela legislação brasileira, inclusive quanto aos casos omissos.

11.2 . O foro da Seção Judiciária da Justiça Federal na cidade de Maceió/AL é o único competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente contratação, com expressa renúncia de qualquer outro pelas partes, por mais privilegiado ou especial que seja.

EM BRANCO

804
E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado Contratante e Contratada, é lavrado o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, de acordo com o artigo 60 da Lei nº 8.666/1993, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e testemunhas abaixo nomeadas.

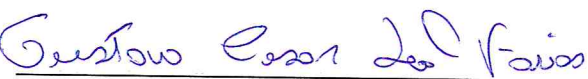
Palmeira dos Índios/AL, 13 de novembro de 2019.



Roberto Fernandes da Conceição
Representante da Contratante
Roberto Fernandes da Conceição
Diretor Geral
Mat. SIAPE 1677788
IFAL - Campus Pin



Vera Lúcia Siqueira Vilela
Representante Legal da Contratada



Gustavo César Leal Farias
Representante da Contratada

Testemunhas:

Nome: Bruno de Souza Viana CPF: 039.358.625-00

Nome: Yaci Martins da Silva CPF: 925.589.844-20

EM BRANCO



Emitido em 09/10/2020

TERMO ADITIVO Nº 207/2020 - PIN-DIRADM (11.05.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 09/10/2020 19:11)

CLEDSON MOURA RAMOS

DIRETOR

1829061

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifal.edu.br/documentos/> informando seu número: **207**, ano: **2020**, tipo: **TERMO ADITIVO**, data de emissão: **09/10/2020** e o código de verificação: **b949922a51**